

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DESCOLONIAL

Sheila Castro dos Santos ¹

RESUMO

Este texto tem por objetivo propiciar reflexões e ações geográficas críticas sobre a criação da identidade nacional, servil criada por meio de imaginários e de memórias passadas, produzidas geralmente pelo detentor do poder e por quem detém os meios de comunicação, que dão continuidade na colonização do ser. De maneira que o docente de geografia deve evidenciar em suas aulas que as narrativas foram desenvolvidas e adaptadas para construção do imaginário e da identidade étnica brasileira formadas no contexto positivista. Percebe-se que de um lado há uma elite privilegiada, que arroga direitos do colonizador e, outros que se veem a lutar pela vida e sobrevivência, mas são constantemente usurpados de um futuro digno. Para explicitar metodologicamente tanto as questões colonizadoras quanto as decoloniais utilizou-se o método hermenêutico para apontar as intencionalidades ocultas e explícitas para formação do constructo mental do brasileiro.

Palavras-chave: Professor de Geografia, Construção da Cidadania, Memória, População Brasileira.

RESUMEN

Este texto pretende aportar reflexiones y acciones geográficas críticas sobre la creación de una identidad nacional, servil creada a través de imaginarios y memorias pasadas, generalmente producidas por quienes detentan el poder y quienes detentan los medios de comunicación, que continúan la colonización del ser. Por lo tanto, los profesores de geografía deben resaltar en sus clases que las narrativas fueron desarrolladas y adaptadas para construir el imaginario y la identidad étnica brasileña formados en el contexto positivista. Se puede ver que de un lado hay una elite privilegiada, que se arroga derechos del colonizador y de otros que se encuentran luchando por la vida y la supervivencia, pero que son constantemente usurpados de un futuro digno. Para explicar metodológicamente tanto las cuestiones colonizadoras como las decoloniales, se utilizó el método hermenéutico para señalar las intenciones ocultas y explícitas para la formación del constructo mental del brasileño.

Palabras clave: Profesor de Geografía, Construcción de Ciudadanía, Memoria, Población Brasileña.

ABSTRACT

This text aims to provide reflections and critical geographical actions on the creation of national identity, a servile one created through imaginaries and past memories, generally produced by those who hold power and those who hold the means of communication, which continue the colonization of

¹ Docente do curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, sheila1705@gmail.com.

Therefore, geography teachers must highlight in their classes that the narratives were developed and adapted to construct the imaginary and Brazilian ethnic identity formed in the positivist context. It can be seen that on one side there is a privileged elite, who arrogate rights from the colonizer and others who find themselves fighting for life and survival, but are constantly usurped from a dignified future. To methodologically explain both colonizing and decolonial issues, the hermeneutic method was used to point out the hidden and explicit intentions for the formation of the Brazilian's mental construct.

Keywords: Professor of Geography, Construction of Citizenship, Memory, Brazilian Population.

INTRODUÇÃO

Este texto trata das formas criadas para manutenção e reprodução servil da sociedade brasileira, como estas foram desenvolvidas, dividindo de um lado uma elite privilegiada, que arroga direitos do colonizador e, outros que se veem a lutar pela vida e sobrevivência, mas são constantemente usurpados de um futuro digno.

Nessa concepção, o docente de geografia deve lembrar que as formas de comunicação e as narrativas desenvolvidas e adaptadas para construção do imaginário e da identidade étnica brasileira foram formadas no contexto positivista e na atualidade, percebe-se movimentos organizados civilmente, buscando direitos de negros e indígenas no país, desenvolvendo o sentido de mestiçagem, o qual é resultado de um passado que é desconhecido para grande parte da população, e que é deveras importante sua difusão, para evitar que erros do passado sejam recorrentes no presente e futuro. Pois:

grande parte dos trabalhadores não dispõe de tempo para entender as complexidades federativas, por isso a necessidade dos temas que envolvem a Geografia Política serem tratados desde o ensino básico, levando a familiaridade da busca pela efetivação dos direitos, antes destes adentrarem ao exército de mão de obra reserva do país (Santos, 2023, p. 19).

Nesse sentido, discutir a formação da identidade étnica reforça a conduta cidadã dentro de todas as salas de aula de geografia. Para desenvolvimento científico das análises propostas, utilizou-se como procedimento metodológico, a pesquisa de cunho qualitativo e viés bibliográfico e o método hermenêutico desenvolvido na concepção ricoeuriana em conjunto com a prática descolonial. Pois, deve-se haver o entendimento de que:

O termo colonialidade é distinto de colonialismo, trata-se de diferentes momentos históricos. Colonialidade, conforme Mignolo, é um conceito maleável que opera vários níveis. Refere-se, em um primeiro momento, a uma expressão abreviada de matriz colonial de poder que Quijano batizou

com o nome de padrão colonial de poder. O conceito de colonialidade também torna visível o outro lado da modernidade, a colonialidade. Em terceiro lugar, colonialidade designa histórias, subjetividades, formas de vida, saberes e subjetividades colonizadas, a partir dos quais surgem as respostas descoloniais. Se por um lado a colonialidade é a cara invisível da modernidade é também, por outro lado, a energia que gera a descolonialidade. Assim, o termo modernidade/colonialidade aponta para a coexistência da retórica salvacionista da modernidade com a lógica de exploração, controle, manipulação (conversão, civilização, desenvolvimento e modernização, democracia e mercado) (Damázio, 2009, p. 02).

Após entender do que se trata a colonialidade, percebeu-se que o conceito freiriano (2003 e 2007) de conhecimento de si, indica que todos deveriam saber do seu passado, entender seu presente e refletir sobre o futuro, para que as decisões tomadas no hoje, sejam diferentes das que dantes foram realizadas. Nesse sentido, torna-se imprescindível reflexões direcionadas ao descolonialismo dentro do ensino de geografia, tanto na educação superior quanto na educação básica, Seabra (2010, p. 27) infere que “o conhecer decorre de uma necessidade vital tão forte como a de se alimentar, a de procriar [...]. Quem aprende se torna interlocutor pertinente. O enriquecimento de um é enriquecimento do outro”.

Nessa concepção de conhecimento, a conscientização da construção da descolonialidade perpassa o entendimento de como foram contado como se deu a formação do território brasileiro e o tipo de tratamento dado aos seus habitantes, analisar quem escreve, pratica e conta as mais diversas situações geográficas, se por mera reprodução ou por leviandade, a criticidade deve se fazer presente na fala do professor de geografia, deixando claro que ninguém fala em colonizar seu próprio espaço, pois a colônia, como evidencia Moraes (2014) é a internalização do agente externo, ou seja, do colonizador, o qual implica a consolidação do domínio territorial, ao forçar a apropriação de terras, a submissão das populações defrontadas e a exploração dos recursos presentes no território colonial.

Muitos reproduzem as histórias sem questionar sua autenticidade, acredita-se em algo sem saber o porquê, se realmente o fato aconteceu, e quem foi favorecido com o que foi contado. O saber ensinado advém diretamente de quem foi vitorioso, desta maneira, se trasveste toda a população para o culto, a cultura e o discurso do colonizador, dando dessa maneira início ao esquecimento das práticas vividas pelos povos autóctones, nesse sentido, vale lembrar que mesmo diante de adversidades os povos tradicionais lutam para manter seus ritos e cultura.

O pensamento descolonial proposto neste texto não é para negar o conhecimento ou a ciência, mas assim como propõe Mignolo (2020) e Quijano (2005) é somar os saberes que

havia nas nações que foram colonizadas e evidenciar que elas o possuíam antes de serem atacadas, invadidas e colonizadas, a partir disso desconstruir discursos de subalternidade que foram e ainda são proferidos dentro das instituições de ensino, como se não houvesse ciência, cultura, religião ou qualquer tipo de conhecimento válido.

Entender que as construções intelectivas são formadas todos os dias devem fazer parte do cotidiano do professor de geografia, propiciando também como indica Callai (2010, p. 58) que tanto ele como o educando, captem o conhecimento de que são participes no espaço geográfico, atuando nele, também responsáveis desta forma pelos “fenômenos que ali ocorrem, são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento”.

Desta maneira, este ensaio possui o objetivo de propiciar reflexões geográficas críticas sobre a criação da identidade nacional, criada por meio de imaginários e de memórias passadas, produzidas geralmente pelo detentor do poder e por quem detém primeiramente os meios de comunicação.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos realizados na elaboração deste texto, possuem por base uma pesquisa de cunho qualitativo e viés bibliográfico, sendo esta realizada em periódicos, livros, dissertações e teses. O método utilizado como balizador para o entendimento dos intertextos, implícitos ou explícitos nos textos lidos foi o hermenêutico na concepção ricoeuriana que auxiliou na construção e na interpretação textual.

Na perspectiva de Ricoeur (1988 e 2007), compreender o que o autor deseja transmitir com o texto é tão importante como entender como se dá o entendimento do lido ou dito, pois os textos são carregados de sentidos e ideologias. Estes, chegam ao leitor que poderá ser impactado por eles ou ignorá-los, isso dependendo da interpretação de quem lê

Nesse sentido, os textos trabalhados para confecção deste artigo foram escolhidos por evidenciarem múltiplas histórias e intencionalidades que foram utilizadas sobre a construção da memória e do imaginário social, auxiliando na formação da identidade étnica brasileira, essa interferindo diretamente nas ações políticas e culturais do cotidiano de grande parte da população, relegadas ao esquecimento principalmente a autoafirmação e do conhecimento de si, este que não é construído de forma geral na sociedade.

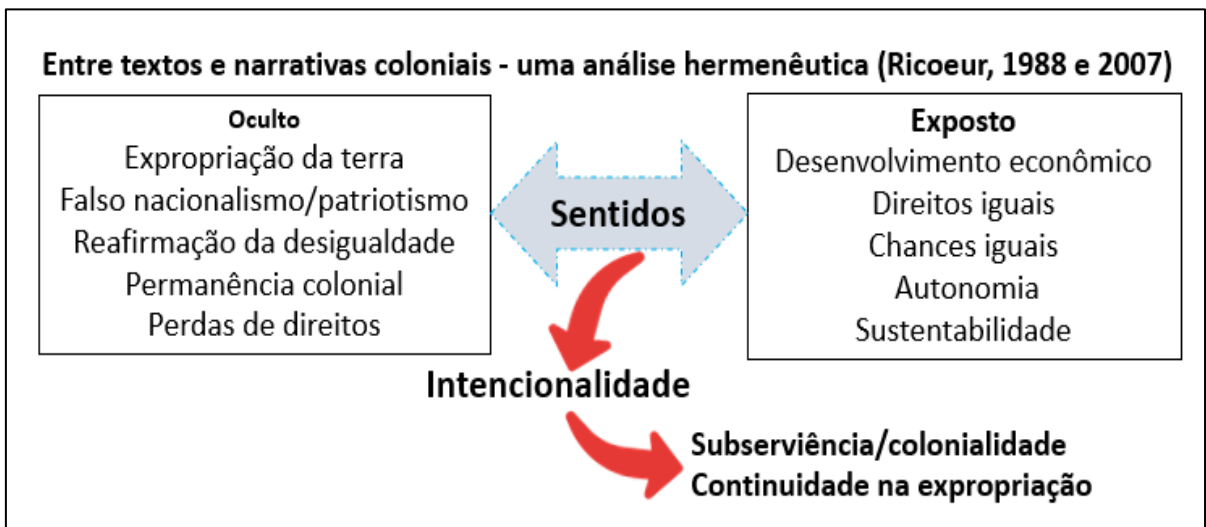
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entender a formação do imaginário nacional do ser brasileiro em pleno século XXI, não é um tema de fácil escrutínio, todavia faz-se necessário para que o docente em sala de aula, seja ela, no ensino básico ou superior, com sua experiência acadêmica possa consubstanciar ponderações aos educandos para que estes conheçam pontos indicativos de um imaginário criado antes mesmo de sua existência, e que os relega a manutenção de uma servilidade e colonialidade, que deve ser tratada, para a partir do entendimento desta patologia da psique humana, possam ser erigido novas concepções descoloniais, estas que podem ser adquiridas a partir do conhecimento de si (Freire, 2003 e 2007).

Na tendência libertadora, Freire (1978, 2003 e 2007), como um dos expoentes de ensino, afirma que ela é questionadora da realidade em que o ser humano está inserido, tanto no contexto social quando natural, e que após o processo de educação escolar e do cotidiano o conhecimento adquirido conduz à transformação interna, a qual se refletirá nas ações realizadas pelo sujeito enquanto membro de uma sociedade. Nesse sentido, as orientações expostas nas reflexões propostas por Callai (2010 e 2011), Cavalcanti (2012) e Santos (1988, 2007 e 2012) se coadunam com a perspectiva de que ao receber educação a pessoa adquire e assimila conhecimentos que possibilitam mudanças de atitudes passivas para questionadoras e produtoras de alterações políticas (Santos, 2023, p. 2).

As construções simbólicas constituídas em cenários espaciais e temporais específicos formam as identidades, e estas têm um caráter relacional, são afirmadas e construídas em função de outrem e, portanto, são prefiguradas por relações de poder. O que Fannon (1968) coloca que algumas pessoas colonizadas servem ao propósito das ações colonizadoras, tornando-se ponto para acentuar a força colonial, por meio da corrupção e dos enganos para com a população – alguns professores neste caso ao não assumirem seu papel como docentes que devem propiciar a formação de criticidade também agem como instrumento da colonialidade, por isso o colono é ao mesmo tempo colonizado e colonizador, perpetuando os enganos que foram criados para manipulação dos menos abastados.

Nota-se que a partir das narrativas que foram utilizadas com intencionalidades ocultas o imaginário social brasileiro foi sendo constituído no jogo de sentidos ocultos/exposto, mas que reverberou e mantém a colonialidade por meio da corrupção e da ignorância de grande parte da população.



Elaborado pela autora, 2023.

Vale lembrar que a partir da pós-modernidade novas concepções sobre os discursos foram desenvolvidos, escritos críticos deram novos aportes as linguagens, desta forma tem-se o início das ressignificações que dantes eram aceitas como normalidades. Das críticas procurou-se o desenvolvimento do pensamento e de novas concepções descoloniais. Gordon no prefácio da obra de Pele Negra, máscaras brancas (2008, p. 11) analisa a concepção de Fanon (1968) e Munanga (2003) apontam que “racismo e colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele”, esta construção é realizada aos poucos, sendo imbricado na existência de cada pessoa a subalternidade, a obediência colonial dos oprimidos, que quando tiverem chance por não terem conhecimento de si, tornar-se-ão também opressores:

[...] haveria uma violência civilizatória que se faria com personagens conquistadores do território, heróis nacionais, como os capitães do mato que caçavam índios ou “negros fujões”, como colonizadores, como garimpeiros, como bandeirantes, hoje atualizados como “grileiros”, “paulistas” e “gaúchos”, acompanhados por grandes grupos financeiros multinacionais (Porto-Gonçalves e Leão, 2020, p. 716-717).

Todas as formas de depreciar os povos colonizados foram lançadas para dificultar a concepção de liberdade e igualdade, com essa ação, as intencionalidades dos significados aplicados pelos dominadores perpetuaram em várias gerações. Cabe salientar que para Kozel (2007, p. 115) a “linguagem aparece como uma semantização que os sujeitos fazem de seu espaço vivido ou uma modalidade privilegiada de representação. Essa linguagem é referendada por signos que são construções sociais”, nesse sentido, tanto a forma

representativa mental, quanto a material possuem poder, dependendo de como foram elaboradas para permanecerem na memória ou no imaginário coletivo (Tedesco, 2004). Nesta concepção, vale lembrar que nação e cultura, são elementos de linguagem que fazem parte de determinada sociedade.

Após estudos Porto-Gonçalves e Quental (2012) e discussões percebeu-se que a estrutura da colonialidade persiste, por ser tida como única fonte detentora do conhecimento, acusava aos colonizados de que lhes faltava ciência e técnicas, pois:

Ser desprovido de um salário justo é uma das causas da imposição política da não-cidadania aos brasileiros. Acarreta desigualdades, diminui o tempo com a família, o descanso instituído por lei é ignorado, a longa jornada de trabalho em conjunto com a distância de locomoção que o trabalhador enfrenta constantemente de ida e vinda, o deixa mais vulnerável aos discursos de entorpecimento político (Santos, 2023, p. 17).

Nesse sentido Quijano (1997), evidencia que o colonizador fez um trabalho histórico envolvendo o saber, a cultura e a religião para inserir no íntimo, ou no imaginário das populações que estes eram inferiores, necessitavam de salvação, domesticados, civilizados. Como especificou Fanon (2008) foi um subterfugio criado pelo opressor para inferir na vítima sua última ação, que resulta em pessoas que desconhecem sua história e sua dinâmica existencial.

O racismo, a intolerância e a ignorância foram resultado de um passado que não foi conhecido, dessa forma para atenuar essas ações dentro do país, se faz necessário que o professor de geografia realize como educador a ação descolonizadora, emancipadora e crítica para com seus educandos, para que na atualidade aumente e fortaleçam os movimentos organizados civilmente, buscando direitos civis.

Com essa ação o passado servirá como exemplo para que não se repita novamente, pois discutir a formação da identidade étnica reforça a conduta cidadã dentro de todas as salas de aula, ou seja, tanto no ensino base quanto no ensino superior, para que o indivíduo enquanto cidadão brasileiro obtenha conhecimento de seu passado, lutando em seu presente com perspectiva de um futuro melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento da colonialidade que atravessa grande parte da população brasileira, é o motor para a transformação não só da educação, mas da prática cotidiana da cidadania.

Por isso, se não houver conhecimento de como se deu a espacialização da população brasileira e o ordenamento territorial, todas as lutas ocorridas no espaço no passado e presente ficarão sem sentido.

Para os que foram tidos como seres espoliados de dignidade sejam: mulheres e homens, indígenas, negra(o)s, mestiça(o)s e/ou brancas, LGBTQIA+ héteros, todos discursos criados para manutenção da ignorância de sua existência, com preconceitos enraizados e/ou estruturais colocados como normalidade.

Não entender que a intencionalidade de leis e ações que mantem uns no poder e perpetuam a exclusão de outros não é atual, vem juntamente com a implementação do sistema-mundo moderno-colonial, que destruiu os povos originários e tem negado os direitos ao restante da população.

Desta maneira, busca-se para os professores de geografia que a consolidação de ações descolonial, o respeito mútuo, a equidade e a alteridade entre humanos, que vivem em um mesmo país, com os mesmos problemas tomem para si a necessidade de conhecer e discutir sobre as expropriações sofridas por seres humanos estigmatizados com seus direitos violados por pertencerem a um lugar com menos tecnologia ou por terem uma cor diferente, olhar, ver e perceber são ações diferentes que necessitam ser realizadas de maneira crítica e epistemológica para que possam trazer mudanças mais sustentáveis e não apenas palavras advindas de bocas e olhares vazios.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Manuel Correa. América Latina: Presente, Passado e Futuro. In: **Revista Terra Livre - AGB**: n. 10, 1992. p. 140-148.
- _____. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto, 1991. 97p.
- Callai, Helena Copelli. O ensino de Geografia: Recortes espaciais para análise. In: Castrogiovanni, A. C.; Callai, H. C.; Schäffer, N. O.; Kaercher, N. A. (Orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 57-63.
- Costa, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: editora da USP, 2016. 349p.
- _____. Notas preliminares sobre o caráter da formação territorial brasileira. In: **Revista do Departamento de Geografia USP**: v. 01, 1982. p. 92-95.

DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. Descolonialidade e interculturalidade epistemológica dos saberes político-jurídicos: uma análise a partir do pensamento descolonial. **Sistema de Revistas Eletrônicas - URI Santo Ângelo**, 2009. p. 01-10. Disponível em:

<https://core.ac.uk/reader/322639770>

Fanon, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. 193p.

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. 275p.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 144p.

_____. **Política e Educação**. São Paulo: Villa das Letras, 2007. 144p.

Mignolo, Walter. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. In: **Revista Lusófona de Educação**, n. 48, 2020. p. 187-224.

Moraes, Antonio Carlos Robert. Geografia, Interdisciplinaridade e Metodologia. In: **Revista GeoUsp Espaço e Tempo (online)**, v. 18, n.1, p. 9-39, 2014

Moreira, Ruy. Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação, o espaço total, formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.128p.

Munanga, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **III Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação - PENESB/RJ**, 2003. p. 01-17.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter.; Quental, Antero. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. In: **Revista Latinoamericana Polis**, v. 11, n. 31, p. 295-332, 2012.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter.; Leão, Pedro Cantazaro Rocha. Terra, Violência e Conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). In: **Revista da ANPEGE**. v. 16. n. 29, 2020. p. 712 – 767.

Quijano, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **Revista CLACSO Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, p. 117-142, 2005.

Ricoeur, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007. 536p.

_____. **O conflito da interpretação: ensaios de hermenêutica**. Portugal: RÉES, 1988. 491p.

Kozel, Salette. Mapas Mentais – Uma Forma de Linguagem: Perspectivas Metodológicas. In: Filho, S. F. G.; Silva, J. C.; Kozel, S. (Orgs.). **Da Percepção e Cognição à**



Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São

Paulo: Terceira Marge, 2007. p. 113-138.

Santos, Sheila Castro dos. A construção da cidadania fomentada pelo ensino e aprendizagem em Geografia Política. **Revista Geonorte**, v. 13, n. XX, 2023. p. 1-25.

Seabra, Odete Carvalho de Lima. Educação, Território e Cidadania: aprender a aprender ensinando. In: Castrogiovanni, A. C; Callai, H. C.; Schäffer, N. O.; Kaercher, N. A. (Orgs.).

Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

p. 23-30.

Tedesco, Juan Carlos. **Nas Cercanias da Memória: Temporalidade, Experiência e**

Narração. Passo Fundo: UPF: Caxias do Sul: EDUCS, 2004. 357p.